

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos¹

Silene Fernandes Siqueira²

Orientador: Esp. Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva³

Resumo: O objetivo desse artigo consiste em descrever ações da vigilância sanitária em um município de pequeno porte no interior de Goiás. E, em caráter específico demonstrar as principais ações da Vigilância sanitária em um município de pequeno porte do interior de Goiás; ressaltar as atividades desempenhadas pela VISA Municipal e os desafios encontrados com o padrão ideal de vigilância. Metodologia utilizada foi pesquisa em campo em um município do interior de Goiás. O estudo foi de caráter exploratório, descritivo de abordagem qualitativa, com aplicação de instrumento de coleta de dados (questionário) com 17 (dezesete) perguntas fechadas à coordenadora da VISA do município. Teve-se como resultado que o município conta somente com dois profissionais, uma coordenadora um fiscal sanitário. Está localizada no prédio da secretaria, com suporte básico de atendimento como telefone e sistema informatizado. Os recursos financeiros são suficientes para desenvolver ações da VISA. Dentre as ações realizadas são de liberação de licença e/ou alvará sanitário. As atividades da VISA são de baixa complexidade. A fiscalização de empresas maiores como açougues e restaurantes são realizadas pelos fiscais da VISA estadual. Concluiu-se que município de pequeno porte do Estado de Goiás as ações de vigilância sanitária no município são mais de controle e notificação, onde a fiscalização em estabelecimentos maiores são desenvolvidas por fiscais da VISA estadual, pois, o município conta somente com um fiscal e esse não apresenta qualificação para atuar frente às altas complexidades.

Palavras-Chave: VISA; Competência; Estadual; Federal; Municipal

Abstract: The purpose of this article then is to describe health surveillance actions in a small municipality in the State of Goiás. And, in specific character to demonstrate the main actions of the Health Department in a small municipality in the interior of Goiás; Noting the activities carried out by VISA and the challenges encountered with the ideal pattern of surveillance. The methodology used was in search field in a city in the interior of Goiás. The study was exploratory, descriptive qualitative approach, with application of data collection instrument (questionnaire) with 17 (seventeen) closed questions to VISA's coordinator. Had as result that the town has only two professionals, a coordinator and a health tax. Is located in the building of the Secretariat, with basic support for attendance as telephone and computer system. The financial resources are sufficient to develop actions of VISA. Among the actions carried out are the release of license and/or permit. VISA's activities are of low complexity. The supervision of larger companies as butchers and restaurants are carried out by VISA's fiscal state. It was concluded that small municipality in Eastern Goiás State, Brazil health surveillance actions in the municipality are over control and notification, where supervisory actions in larger establishment, the actions are developed by VISA's fiscal State, because, the municipality with a fiscal and only account that does not have the qualification to operate front high complexities.

Key Words: VISA; Competence; State; Federal; Hall.

¹ Graduada em Farmácia. Pós-Graduada em Vigilância Sanitária e assuntos regulatórios da UniEVANGÉLICA. E-mail: mararubiabastos@hotmail.com

² Graduada em Processos Químicos. Pós-graduada em Vigilância Sanitária e assuntos regulatórios da UniEVANGÉLICA. E-mail: silene.fernandes@gmail.com

³ Especialista em Processos Educacionais na Saúde- Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês. E-mail: luluciene30@hotmail.com.

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

1 INTRODUÇÃO

Vigilância sanitária suas atribuições e suas diferentes atuações em distintos Setores. Suas atribuições têm como enfoque principal fiscalizar, diminuir, eliminar, ou até mesmo prevenir riscos à saúde da população em geral quanto a problemas sanitários do meio ambiente, de produção, de produtos comercializados, serviços de saúde, conforme art. 6º, §1º da Lei 8.080 de 19.9.90.

A Vigilância Sanitária ou VISA, como é comumente conhecida, integra o Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo da VISA é atuar em um conjunto de ações intersetoriais visando à proteção e a promoção da saúde à população. Também se encarrega de criar normas e padrões sanitários, fiscaliza e orienta os setores por ela regulados. Por se tratar de poder de polícia é exercida unicamente pelo Estado (ANVISA, 2015).

A VISA está estruturada em três níveis de governo: Federal, estadual e municipal. Em nível federal está a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. (INCQS/Fiocruz). Em nível estadual estão o órgão de VISA e o Laboratório Central (Lacen) de cada uma das 27 Unidades da Federação (26 estados e o Distrito Federal) e municípios. E, em nível municipal, estão os serviços de vigilância sanitária de cada respectivo município brasileiro, organiza seus serviços de vigilância sanitária através das pactuações (ENAP, 2017).

As ações da Vigilância Sanitária são baseadas na ideia do risco, perigo ou ameaças de agravos. Desse modo, os problemas enfrentados pela VISA requerem tratamentos multidisciplinares demandando então, a interação entre vários setores, a exemplo o de saneamento, agricultura, produção, industrialização e entre outros que afetam diretamente o ser humano e sua qualidade de vida (ANVISA, 2015).

Dessa forma, o presente estudo demonstra de grande relevância a qual buscará analisar a relação entre os serviços de Vigilância Sanitária Municipal e as legislações sanitárias federais e estaduais. A vigilância sanitária é um dos campos de ação de saúde pública a qual estão envolvidas complexas relações entre o Estado, poderes federais, e locais, que envolve toda a sociedade, desde o mais

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

simples ao mais complexo consumidor. Até porque envolve desde a produção de bem ou determinado serviço que poderá chegar a ser consumido pela população, e, portanto sendo fundamental que as ações sejam federais, estaduais ou municipais sejam desempenhadas satisfatoriamente e que atinja padrão ideal de vigilância.

O objetivo geral consistirá em descrever ações da vigilância sanitária em um município de pequeno porte no interior de Goiás. E, em caráter específico demonstrar as principais ações da Vigilância sanitária em um município de pequeno porte do interior de Goiás; ressaltar as atividades desempenhadas pela VISA Municipal e os desafios encontrados com o padrão ideal de vigilância.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGISLATIVA DE POLÍTICA SANITÁRIA

Ações de vigilância sanitária tiveram origem na Europa por volta dos séculos XVII e XVIII que era então conhecida como Polícia Sanitária, que envolvia o exercício de fiscalização quanto transporte e destinação de alimentos, buscando assim evitar propagação de doenças e epidemias. Essa preocupação veio desencadeada pelo aumento dos grupos populacionais (ROZENFELD, 2000).

O que é compreendido atualmente como Vigilância Sanitária remonta ao período colonial no Brasil, que veio sendo desenvolvido alinhado a polícias sanitárias, similares as da Europa, mas que, inicialmente eram exercidas pelas Câmaras Municipais.

Desde seu início os objetivos de tais ações sempre foram pela busca de preservar a saúde, evitar propagação de doenças por meio de controle sanitários.

Após a instauração a República o controle sanitário foi melhor definido onde foi criado Regulamento Sanitário Federal, bem como criação do Ministério da Saúde em 1953 a qual então foram inseridas todas as ações de vigilância sanitária, porém, estas apresentam caráter extremamente centralizador e burocrático o que comprometia a qualidade de tais ações (COSTA; ROZENFELD, 2000).

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

Outro avanço no tocante às políticas sanitárias foi à promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual o Estado passou então a ter papel de provedor de saúde da população, o que contribui para base de construção da Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica de Saúde a qual trouxe a especificação de “conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle, bem como especificação quanto a atividades, execução e ações de Vigilância Sanitária” incluía-se fiscalização, inspeção de alimentos, águas e outros meios utilizados no consumo humano, buscar precaver resguardo quanto à produção, comercialização destes e que de alguma forma pode afetar diretamente a saúde humana. Para que tais ações demonstrem efetividade, é fundamental o trabalho das três esferas do governo que é de ordem federal, estadual e municipal (ANVISA, 2015).

Outro marco legislativo foi a Lei 9.782 de 1999 que trouxe a conceituação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), bem como criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sendo a ANVISA a mais conhecida quando se fala em vigilância sanitária e por ser o aporte federal (COSTA; KOBAYASHI, 2012).

Representa atualmente um campo intersetorias, que alinha conhecimentos técnicos e específicos de diferentes setores como medicina, farmácia, enfermagem, nutrição, epidemiologia e também direito sanitário, além de necessitar de contribuição de outras disciplinas como direito administrativos, e até mesmo civil e penal, onde a pessoa responsável na administração de bens de consumo e produção de alimentos, responda caso constatado danos à saúde humana devido à qualidade precária dos mesmos ou por não atender as normas específicas pela legislação sanitária (ENAP,2017).

A preocupação maior com a saúde e caráter de vigilância surgiu diante de casos de epidemias de saúde, além de contágios por meio de alimentos mal produzidos, e podendo ressaltar também busca por controle de psicotrópicos, e acidente radioativo como acontecido na cidade de Goiânia. Vale ressaltar que no estado de Goiás no ano de 1963 foi criada a Organização de Saúde do Estado de Goiás – OSEGO, que tinha como função normalizadora e auxiliar quanto a questões

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

sanitária, porém essa foi extinta após promulgação da Constituição Federal em 1988 (SUVISA-GO, 2011).

2.1.1 Competência atribuídas a Vigilância Sanitária

A vigilância sanitária tem diferentes competências, sendo que cada qual apresenta ênfase em determinado setor. Tem-se as ações sobre o meio ambiente, a qual consiste em averiguar aspectos como edificação, saneamento, saúde ambiental, piscinas, qualidade de água. Tem-se ainda circulação de bens, que são produtos relacionados à saúde, como produção e fabricação de medicamentos, de origem alimentícia, cosméticos e correlatos, saneantes, tendo-se ainda nesse grupo agrotóxicos, e água minerais e de fontes. O outro setor é de produção, a qual se insere serviços de saúde como odontologia, médico hospitalar, clínicas, farmácias, e ainda setores que estejam ligados à radiação e hemoterapia. E, por fim, tem-se a vigilância sanitária do trabalho a qual atua quanto à análise de riscos, buscando orientação e organização no trabalho (ENAP, 2017).

Mesmo atuando em diferentes setores, convém ressaltar que as ações prioritárias de vigilância sanitária são em termos de buscar garantir que a população não seja prejudicada em termos de saúde devido a aspectos incipientes higiênico-sanitárias. Dessa forma, os centros de vigilância devem estar presentes em estados, distrito federal e municípios, tendo órgãos subordinados às secretarias de Estado, que visem desenvolvem ações de vigilância sanitária nas três esferas do governo. Porém, não é uma realidade de todos os municípios brasileiros, tendo processos de implantação e de melhoria (ANVISA, 2015).

Tais modificações trazem a necessidade de que a sociedade conscientize quanto à importância desse órgão junto à saúde coletiva, ou seja, compreenda que a vigilância sanitária tem-se o intuito de proteger a saúde da população e promover a adesão às normas e procedimentos seguros (MELO et al, 2013).

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

As ações desenvolvidas são de alta, média e baixa complexidade, sendo que, as altas complexidades são referente à aprovação de projetos, cadastramentos e fiscalização de indústria, de estabelecimentos hospitalares, serviços ambulatoriais, controle de receita de entorpecentes, que tenham em suas atividades serviços de radiação e hemoterapia, e aqueles que requerem registro de produtos por controle federal (SALVADOR, 2004).

A média complexidade atuam em investigação de surtos de toxinfecção alimentar, em cadastrar, licenciar e fiscalizar estabelecimentos que fabricam gêneros alimentícios e engarrafados de água mineral, também os que comercializam no varejo medicamentos, cosméticos e correlatos, em institutos e clínicas de beleza, consultórios médicos e odontológicos (COSTA, 2009).

Já as ações de baixa complexidade consistem em mapear estabelecimentos e possíveis locais de averiguação de vigilância sanitária, atendimento ao público, fornecendo informações e documentações, cadastrar, licenciar e fiscalizar estabelecimentos de menor porte como salões de beleza, estética, estabelecimento esportivo, creches, escolas, comércios de gêneros alimentícios, que não seja de caráter industrial, fiscalizar condições higiênicos-sanitárias de água e esgoto, piscinas, criadouros de animais da zona urbana e rural (SALVADOR, 2004).

2.1.1.1 Vigilância Sanitária e Responsabilidades Compartilhadas

No Brasil atualmente as atividades de vigilância sanitária são então de competência do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), sendo esse departamento vinculado ao Sistema Único de Saúde, atuando de forma integrada descentralizada em todo o território nacional, sendo a responsabilidade compartilhada entre união, estado e municípios, não tendo relação de subordinação entre elas (OLIVEIRA; CRUZ, 2015).

VISA Federal: No âmbito Federal destaca-se a ANVISA e o Instituto Nacional de Controle de Qualidade de Saúde (INCQS), sendo que cada qual detém sua função. A ANVISA controla sanitário de portos, aeroportos, fronteiras, bem como produção de produtos como farmacêuticos. Já o INCQS tem a função de suporte

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

junto a ações de vigilância sanitária em todo o território brasileiro, buscando que se siga a rigor ações previstas na legislação sanitária (MELO; SILVA, 2013). Esse instituto atua em áreas de ensino, de pesquisa e de tecnologias de laboratório relativas ao controle da qualidade de insumos, produtos, ambientes e serviços sujeitos à ação da Vigilância Sanitária, tendo cooperação da ANVISA, bem como de Secretarias estaduais e municipais de saúde (OLIVEIRA; CRUZ, 2015).

VISA Estadual: A VISA estadual tem como principais atribuições ações de vigilância sanitária, bem como, execução de ações de controle e inspeção sanitária, contando com a colaboração dos municípios e aporte federal. Concede revalidação e licenças de funcionamento. No âmbito estadual tem-se então 27 órgãos de vigilância sanitária, que são as secretarias estaduais de saúde junto a departamento de saúde pública. Além de coordenar sistemas estaduais estas secretarias atuam como fiscalizadores do sistema nacional, e presta ainda cooperação técnicas aos municípios (ENAP, 2017).

No Estado de Goiás, o órgão responsável pela execução de ações da VISA são a Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA) da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES/GO), que tem como competências coordenação e avaliação de ações de fiscalização e controle sanitário. A Regional de Saúde organiza os 246 municípios que contam com ações de VISA, porém que se referem mais nos processos de fiscalização e de baixa complexidade, deixando um pouco a desejar nos níveis de alta e média complexidade, bem como em ações de educação sanitária e saúde do trabalhador.

Um aspecto dos municípios goianos, igualmente ao Brasil se refere à contratação e poucos profissionais qualificados, o que de alguma forma compromete a qualidade dos serviços prestados, para assim promover ações efetivas de controle sanitário e garantir maior segurança quanto à saúde coletiva. (MELO et al. 2013).

As ações de promoção, vigilância, proteção, prevenção, controle de riscos de doenças e agravos, foram mais desenvolvidas, alinhadas a vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e trabalhador, que é formato atual, porém que ainda está longe do ideal, permeada de desafios (ENAP, 2017).

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

VISA Municipal: A VISA municipal tem como principais atribuições ações de vigilância sanitária in loco, onde fiscaliza, coordena, regula ações locais, tendo o intuito de fazer jus ações previstas na legislação sanitária. As ações de vigilância sanitária são importantes, pois mesmo não tendo problemas tão complexos como das cidades de maior número de habitantes, requer a mesma preocupação com a saúde da população. (ENAP, 2017).

A VISA municipal tem em suas atribuições cuidar e desenvolver ações básicas relacionadas à fiscalização com intuito de identificar possíveis problemas higiênicos sanitários em estabelecimentos como supermercado, bares, açougues, restaurantes, estabelecimentos comerciais que ofereçam serviços de alimentos, assim como creches, escolas, analisando água e alimentos e aspectos de saneamento, e também estabelecimentos de saúde (ROZENFELD, 2000).

É importante então considerar a diversidade dos municípios brasileiros, bem como seu porte, visto que, tem municípios brasileiros com menos de mil habitantes se outros com mais de um milhão de habitantes, além de que tem municípios com tamanhos territoriais distintos. Assim é preciso que se considere o perfil do município na organização dos serviços de vigilância sanitária, até porque seu perfil de produção e localização, e população podem apresentar necessidades distintas (COSTA; KOAYASH, 2012).

As cidades são caracterizadas pelo seu porte de acordo com o número de habitantes, conforme IBGE, sendo as de pequeno porte as que apresentam até 100 mil habitantes, de médio porte que tenham de 100 a 500 mil habitantes; e as de grande porte, as que tenham mais de 500 mil habitantes. O que cada qual requer atuações distintas sejam de alta, média ou baixa complexidade, de acordo com as características dos municípios.

Em municípios de pequeno porte, por exemplo, de objeto deste estudo, o potencial de vigilância ficam condicionados a controle e notificação, não atingindo seu papel de forma integral, que é prevenção de doenças e promoção da saúde. Vale reiterar que quanto à estrutura dos órgãos de vigilância sanitária municípios, observa-se variação, normalmente quanto menor o município é normal se deparar com ações que agregam atividades de vigilância sanitária, alinhada a vigilância

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

epidemiológica e controle de endemias. Mas, também é raro encontrar municípios pequenos que desempenhem ações de vigilância na área de saúde do trabalho e também na área ambiental (MAREGA; SAITO, 2015).

Mesmo diante da abordagem e amparo pela Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.080 de 1990 observa-se que ações de vigilância sanitária ainda não conseguiram atingir aperfeiçoamento expressivo de atuação em muitos estados e municípios brasileiros, o que de algum modo compromete a saúde da coletividade em termos de controle higiênico sanitário de alimentos e produtos de consumo. Dessa forma, nota-se que o Brasil ainda não conseguir atingir eficiência do sistema de vigilância, em termos de fiscalização, e controle, e com isso apresentar menos riscos à saúde pública (ENAP, 2017).

3 METODOLOGIA

A metodologia refere-se ao método de pesquisa utilizada na confecção e elaboração de estudos visando responder a uma problemática, ou se chegar um determinado fim. Na elaboração da presente pesquisa, realizou-se de início pesquisa bibliográfica, onde utilizou-se e pesquisas utilizando da internet em sites, a qual obteve-se acesso a legislações, documentos normatizadores, e artigos científicos. Esse processo foi fundamental para melhor compreensão do tema proposto e desenvolvimento da pesquisa em campo, onde extraiu-se os questionamentos necessário.

Após optou-se pela realização de pesquisa em campo, tendo-se como área de estudo um município do interior de Goiás, onde foi analisado a atuação da Vigilância Sanitária municipal. O estudo então é de caráter exploratório, descritivo de abordagem qualitativa. O trabalho de campo foi desenvolvido por meio de visita a Vigilância Sanitária do município e conversa informal com coordenador da unidade. Após foi realizado a aplicação de instrumento de coleta de dados (questionário) com 17 (dezessete) perguntas fechadas.

O roteiro informal utilizado buscou informações gerais da unidade da Vigilância Sanitária no município, estrutura, organização, assim como ações de

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

saúde desenvolvida. Quanto às informações fornecidas, foi garantido o sigilo ético. O questionário foi aplicado aos profissionais da Vigilância Sanitária do município-VISAM. Atuam na VISAM, dois profissionais, sendo uma coordenadora e um fiscal. O respectivo questionário segue em anexo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com a coordenadora municipal da Vigilância Sanitária. Esta é concursada, sua escolaridade é de ensino médio, já estando a frente da coordenação da unidade do município há mais de 4 anos.

A segunda parte do questionário refere-se aos recursos humanos, a qual especificou a presença de 02 (dois) colaboradores, porém, somente um servidor com dedicação exclusiva.

A terceira parte foi referente a estrutura física da Vigilância Sanitária, a qual conta com sala própria, tem um veículo para desenvolvimento das ações da VISA. Tem à disposição equipamentos em quantidade adequada para a realização das ações e inspeções, assim como computador, tendo acesso à internet. Tem ainda a unidade telefone para atendimento à população.

A quarta parte refere-se a questão dos recursos financeiros, e, segundo informado pela coordenadora no questionário os recursos disponibilizados são suficientes para desenvolver ações da VISA.

Dentre suas atividades a VISA libera licença e/ou alvará sanitário. A penúltima parte ressalta a participação, mobilização e controle social, e segundo especificado no questionário pela coordenadora o município participa de reuniões de conselho municipal. E, a última abordagem com relação as atividades desenvolvidas entre VISA municipal e estadual, a coordenadora respondeu que o município realiza sim ações conjuntas.

Por ser um município de pequeno porte (menos de 3.000 habitantes), as atividades da VISA são de baixa complexidade. Os fiscais são poucos e de baixa qualificação. Salvador (2004), Costa (2009) explicaram que as ações desenvolvidas pela VISA são de alta, média e baixa complexidade, estando estes de acordo com

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

as atividades que deverão ser desenvolvidas.

A fiscalização de empresas maiores como açougues e restaurantes são realizadas pelos fiscais da VISA estadual. O fiscal municipal somente atua em pequenos estabelecimentos e não tendo muita experiência. A VISA municipal também não desenvolve muitas ações de saúde.

O prédio da VISA está localizado no mesmo da Secretaria de Saúde, tendo sala própria e sistema informatizado. Tais resultados vão de encontro a outros estudos. Essa necessidade de integração e descentralização nas atividades de vigilância sanitária é descrita por Oliveira e Cruz (2015), não devendo ter relação de subordinação entre elas.

No âmbito federal as competências são do SNVS, no Estado de Goiás ações da VISA são a Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA) da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES/GO), que tem como competências coordenação e avaliação de ações de fiscalização e controle sanitário, que atua frente a 246 municípios, conforme especificou Melo et al. (2013), e segundo dados ainda do autor Melo observa-se que os municípios goianos contam com poucos profissionais qualificados e atuantes nas VISA's municipais, o que compromete a qualidade dos serviços desenvolvidos quanto a controle sanitário e promoção em saúde, conforme foi possível observar também no estudo realizado junto ao município, a qual as atividades estão mais condicionadas a controle e notificação, e poucas ações de prevenção e promoção de saúde.

Assim pode-se observar que a área da VISA se depara com constantes desafios no controle higiênico sanitário de alimentos e produtos de consumo, ou seja, o Brasil ainda não consegue atingir de forma eficiente sistema de vigilância, em termos de fiscalização, e controle, e com isso apresentar menos riscos à saúde pública, conforme especificado pelo ENAP (2017). E, a ANVISA (2015) em seu relatório traz a importância de que sistema político de estados e municípios se conscientize da importância da vigilância sanitária, que busque ampliar recursos humanos e físicos para realizar constantes fiscalizações, averiguações de forma mais enfática e com isso garanta a promoção da saúde da coletividade.

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de vigilância sanitária no município são de controle e notificação, onde ações de fiscalização em estabelecimentos maiores, são desenvolvidas por fiscais da VISA estadual, pois, o município conta somente com um fiscal e esse não apresenta qualificação para atuar frente às altas complexidades.

Através da realização do presente estudo foi possível observar a falta de estrutura e profissionais adequados para que o sistema de vigilância sanitária demonstre efetividade quanto a questões de saúde, fiscalização e inspeção sanitária.

No caso do estudo aqui realizado observou-se ainda a falta de profissionais concursados e qualificados. Muitos destes profissionais são vinculados às prefeituras, o que pode colaborar para ineficiência em fiscalização e notificações de possíveis irregularidades.

De um modo geral observou analisando as literaturas utilizadas para confecção da parte teórica ressalva quanto ao despreparo de fiscais em todo território nacional, bem como falta de olhar mais atento por parte do Estado em fornecer aos órgãos de Vigilância Sanitária estrutura necessária para garantir saúde à população.

No caso de municípios de menor porte, como deste estudo, as deficiências são ainda maiores, como somente dois profissionais, que não tem condições de realizar fiscalização, e, a falta de capacitação, deixando a mercê dos fiscais estaduais, a realização de fiscalizações sanitárias em estabelecimentos maiores, o que pode demorar para ocorrência de notificações e intervenções em casos que demonstre riscos à saúde humana.

Pode-se ressaltar que a atuação da VISA junto aos municípios brasileiros tem demonstrado visão reduzida quanto aos riscos, tendo-se mais ações voltadas para controle e fiscalização de produtos e serviços, não tendo muito aporte junto ao ambiente e saúde dos trabalhadores, o que demonstra organização dos serviços de forma fragmentada, o que deixa a desejar quanto à qualidade das ações estabelecidas pela legislação sanitária do Brasil.

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

Em parte, tal aspecto de baixa amplitude de atuação da VISA está quanto às dificuldades vivenciadas cotidianamente de gestores que necessitam de mais instrumentos, bem como deficiência de recursos humanos e físicos para atuarem de forma mais efetiva nestas ações de vigilância sanitária, como também atuação focada no controle e fiscalização de produtos e serviços somente, além de entraves políticos e conflitos de interesses.

Ao término da pesquisa, observou-se precariedade de informações, visto que, são poucos os profissionais (2) que atuam na unidade. Os desafios, a falta de clareza quanto a informações do trabalho desenvolvido e ações, são reflexo até mesmo da precariedade dos serviços desenvolvidos, conforme especificado pela coordenadora e fiscal agente sanitário.

Os desafios são inúmeros, primeiramente pode-se colocar, devido ao sistema político vigente ao qual estados e municípios ainda não tem consciência da importância da vigilância sanitária, além da falta de recursos humanos e físicos para realizar constantes fiscalizações, averiguações de forma mais enfática e com isso garanta a promoção da saúde da coletividade. É importante que tais desafios sejam sobressaídos, e que o poder público reconhecer a importância dessas ações para diminuir assim os riscos de transmissão de doenças devido deficiências higiênicas – Sanitárias.

Outro ponto observado foi às coordenações de Vigilância Sanitária são por meio de contratos, ou até mesmo fiscais são designados a tais cargos, pois, não são realizados concursos para ocupação dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Ciclo de Debates em Vigilância Sanitária: desafios e tendências:** de qual vigilância sanitária a sociedade precisa? Tripartite do Ciclo de Debates em Vigilância Sanitária 2015.

BRASIL. **Lei nº 8080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em 15 jan 2019.

COSTA, E. A.; ROZENFELD, S. Construção da Vigilância Sanitária no Brasil. In:

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

ROZENFELD, S. (org). **Fundamentos da Vigilância Sanitária**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

COSTA, Ediná Alves. **Vigilância Sanitária: temas para debate**. Salvador: EDUFBA, 2009. 240 p. – (Coleção Sala de Aula, 7).

COSTA, F. C; KOABAYSAHI, L. P. M. **A vigilância sanitária no Sistema Único de Saúde**. Monografia. Pós-graduação em Saúde Coletiva e Saúde da Família. Londrina, 2012.

ENAP. **Fundação Escola Nacional de Administração Pública**. A vigilância sanitária no SUS e o sistema nacional de vigilância sanitária. Brasília, 2017.

MAREGA, A. G; SAITO, R.X. S. **A prática da Vigilância e a Vigilância na prática**. UNASUS, 2015. Disponível em: <http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/pab/6/unidades_conteudos/unidade07/unidade07.pdf>. Acesso em 15 jan 2019.

MELO, M, A, S; BEZERRA, J. C. B; COLETA, M. F. D; CASTRO, A. M; PUENTE PALACIOS, K. E. P. P. Estrutura e funcionamento da vigilância sanitária de municípios goianos. **Revista de Administração da UEG**, Aparecida de Goiânia, v.4, n.3, set./dez. 2013.

MELO, M. G. M; SILVA, P. M. F. Minas Gerais. **Secretaria Estadual de Saúde. Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde. Superintendência de Vigilância Sanitária**. Guia de ações de vigilância sanitária: 2013.

OLIVEIRA; C. M; CRUZ, M. M. **Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafios**. Saúde em debate. Rio de Janeiro. vol 39, n. 104. jan-mar, 2015. p. 255- 267.

ROZENFELD, S., org. **Fundamentos da Vigilância Sanitária** [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. 301 p

SALVADOR, Eliane Franco Wiesel. **Recursos humanos em vigilância sanitária enfocando o município de Rio Claro –SP**. Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, 2004.

SUVISA. **Histórico**. 2011. Disponível em: <<http://www.visa.goias.gov.br/post/ver/109723/historico-da-suvisa>> Acesso em 20 jan 2019.

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

APÊNDICE

1 – Questionário

Perfil do coordenador municipal da visa

Tipo de vínculo

- concursado
- cargo comissionado
- não informado

Escolaridade

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio/Técnico
- superior incompleto
- superior completo
- pós graduação
- não informou

Tempo na coordenação

- menor ou igual 3 meses

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

- maior a 3 menor ou igual 2 anos
- maior 2 a menor ou igual 4 anos
- maior 4 anos a menor ou igual 10 anos
- não informou

Recursos Humanos

Total de profissionais da visa

- 1
- maior ou igual 2

Número de servidores com dedicação exclusiva

- 1
- maior ou igual 2

20

Estrutura física da visa

Dispõe de sala própria

- sim
- não

Dispõe de veículo para o desenvolvimento das ações da visa

- sim
- não

Dispõe de equipamentos em quantidade adequada para a realização das ações de inspeções

- sim
- não

Dispõe de computador

- sim
- não

Possui acesso à internet

- sim
- não

Possui telefone para atendimento à população

- sim

ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE EM GOIÁS

Mara Rubia Messias Bastos; Silene Fernandes Siqueira ; Luciene de Souza Barbosa Gomes Silva

não

Financiamento da visa

O total de recursos disponibilizados é suficiente para desenvolver ações da visa

sim

não

As ações da visa

Lei municipal de criação da visa

Técnico treinado em processo administrativo

A visa libera licença e/ou alvará sanitário

21

sim

não

Participação, mobilização e controle social

O município participa de reuniões de conselho municipal

sim

não

Relações da visa municipal e estadual

O município realizam ações conjuntas com o estado

sim

não